



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

PAD N° 1904037/2019

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 55/2019

Recebimento de propostas: a partir da data de publicação do aviso no D.O.U.

Abertura das propostas: **dia 16/09/2019, às 14h00 (quatorze) horas.**

Endereço eletrônico: www.comprasgovernamentais.gov.br

ATENÇÃO

O Acórdão TCU n° 754/2015 - Plenário determinou aos órgãos da Administração Pública que instaurem processo administrativo com vistas à apenação das empresas que praticarem, injustificadamente, ato ilegal tipificado no art. 7º da Lei n° 10.520/2002, ressaltando de que tal dispositivo tem caráter abrangente, abarcando condutas relacionadas não apenas à contratação em si, mas também ao procedimento licitatório.

Portanto, em cumprimento à determinação, alerta-se para que os licitantes analisem detalhadamente o edital e anexos antes de formular suas propostas/lances, de modo que sejam passíveis de cumprimento.

A prática injustificada de atos como: não manter a proposta (ex: desistência, não envio da amostra, planilha, laudos), deixar de enviar documentação exigida (ex: documentos de habilitação), fazer declaração falsa, sem prejuízo de outras infrações cometidas na licitação/contratação, sujeitará o licitante às penalidades cabíveis, apuradas em regular processo administrativo, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

EDITAL

A UNIÃO, por intermédio do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS, com sede na Av. Prudente de Moraes, n.º 100, Cidade Jardim, Belo Horizonte, inscrito no CNPJ sob o n.º 05.940.740/0001-21, isento de inscrição estadual, por intermédio do(a) Pregoeiro(a) nomeado(a) pela Portaria n.º 92/2018, publicada em 29/11/2018, torna público, para conhecimento dos interessados do ramo pertinente, que promoverá LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO do tipo MENOR PREÇO, no regime de EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, **para participação exclusiva de MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E COOPERATIVAS QUE PREENCHAM AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO ART. 34 DA LEI N.º 11.488/07**, na data, horário e endereço eletrônico acima indicados, para a prestação dos serviços especificados nos Anexos I. O procedimento licitatório obedecerá, integralmente, à Lei n.º 10.520, de 17/07/2002; Decreto n.º 5.450, de 31/05/2005; Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006; Decreto n.º 8.538, de 06/10/2015; Lei n.º 8.666, de 21/06/1993; Resolução do TSE n.º 23.234/2010; à legislação correlata e demais exigências previstas neste Edital e seus Anexos.

1. DO OBJETO

A presente licitação tem como objeto a **prestação dos serviços de lavanderia**, conforme especificações constantes no Termo de Referência (Anexo I).

2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderá participar desta licitação qualquer **microempresa, empresa de pequeno porte e cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34 da Lei n.º 11.488/07** especializada no ramo pertinente ao objeto da licitação, legalmente constituída, desde que satisfaça as exigências fixadas neste edital e apresente os documentos nele exigidos.

2.2. **O certame destina-se exclusivamente à participação de microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34 da Lei n.º 11.488/07**, consoante o artigo 6.º, do Decreto n.º 8.538, de 06/10/2015.

2.3. Não poderão participar da presente licitação as empresas que:

a) tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com qualquer órgão da Administração direta ou indireta Federal, Estadual ou Municipal, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade – art. 87, inciso IV, da Lei nº 8.666/93;

b) estejam cumprindo pena de suspensão, que lhes tenha sido aplicada pelo TRE/MG, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/93;

c) estejam impedidas de licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/2002;

d) possuírem sócios ou diretores que sejam servidores ou dirigentes do TRE/MG;

e) forem formadas por consórcios ou grupos de empresas que também participem desta licitação;

f) estejam sob falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

g) não sejam enquadradas como microempresa ou empresa de pequeno porte ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34 da Lei n.º 11.488/07, conforme as condições estabelecidas pelo Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006.

2.4. É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus **sócios**, ainda que sem função gerencial, servidor, cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, nos termos do art. 7.º, inciso II, da Resolução n.º 23.234, de 25/03/2010, do Tribunal Superior Eleitoral.

3. CREDENCIAMENTO

3.1. As empresas interessadas em participar do certame deverão providenciar, previamente, o credenciamento perante a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, provedor do Sistema Eletrônico utilizado nesta licitação, no site www.comprasgovernamentais.gov.br.

3.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

3.3. O credenciamento do licitante dependerá de registro atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

3.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Tribunal Regional Eleitoral qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.5. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4. ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

4.1. A participação no certame dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços a partir da data e horário indicados no preâmbulo deste edital.

4.2. O licitante, no momento da elaboração e envio da proposta, também deverá declarar virtualmente **(declarações virtuais)**:

a) o cumprimento a todos os requisitos de habilitação e conformidade de sua proposta com as exigências do instrumento convocatório, nos termos do art. 21, parágrafo 2.º, do Decreto n.º 5.450/2005;

b) que atende os requisitos do artigo 3.º da Lei Complementar n.º 123/2006;

c) a inexistência de fato impeditivo de habilitação;

d) o atendimento à exigência contida no art. 27, inciso V, da Lei n.º 8.666/93 (que não emprega menor);

e) a elaboração independente de sua proposta, nos termos do art. 1º, Parágrafo Segundo, da Instrução Normativa n.º 2, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do MPOG, de 16 de setembro de 2009, sob pena de responder pelo crime previsto no art. 90 da Lei n.º 8.666/93;

f) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, em observância ao art. 5º, inciso III, da Constituição Federal;

g) que está ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/91, e que atende às regras de acessibilidade previstas na legislação;

h) o cumprimento da cota de aprendizagem, nos termos estabelecidos no art. 429 da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

4.3. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.

4.4. O encaminhamento da proposta de preços pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste edital e seu(s) anexo(s). O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras as propostas e lances.

4.5. A proposta de preços não poderá conter alternativas e deverá ser elaborada em campo específico e encaminhada, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, contendo as seguintes informações:

a) preço global para a prestação dos serviços para o período eleitoral e não eleitoral, tendo em vista o período contratual de 24 (vinte e quatro) meses, apresentado em moeda corrente no país, devendo estar inclusos todos os impostos, taxas, fretes, seguro e demais encargos;

b) a especificação do(s) serviço(s) ofertado(s).

4.6. O licitante deverá atentar para que, no momento da aceitação, caso o(s) valor(es) unitário(s) que originou(aram) o preço total proposto contenha(m) mais de duas casas após a vírgula, AS CASAS DECIMAIS EXCEDENTES SERÃO DESCONSIDERADAS PELO(A) PREGOEIRO(A), AINDA QUE SEJA ALTERADO O PREÇO GLOBAL, sendo esta alteração considerada uma negociação para fins do disposto no subitem 6.17 deste edital.

4.7. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias. Caso a adjudicação não possa ocorrer dentro do período de validade da proposta, por motivo de força maior, o Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais poderá solicitar a prorrogação geral da validade por, no máximo, igual período.

4.8. VALOR ESTIMADO

A presente licitação está estimada no valor de R\$49.665,57 (quarenta e nove mil, seiscentos e sessenta e cinco mil e cinquenta e sete centavos).

5. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

5.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, estabelecidas no subitem 2.3 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- d) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

5.1.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

5.1.2. Constatada a existência de sanção, o(a) Pregoeiro(a) reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

5.2. Os interessados em participar deste Pregão deverão comprovar ainda que possuem os seguintes documentos:

5.2.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Ato constitutivo, devidamente inscrito, no caso de sociedades civis, acompanhado da documentação de eleição de seus administradores e da prova de constituição da diretoria em exercício, e, no caso de sociedades comerciais, estatuto ou contrato social, devidamente registrado na Junta Comercial, acompanhado da(s) última(s) alteração(ões) referente(s) ao objeto e à administração da empresa ou a última alteração consolidada;

b) Registro comercial em caso de empresa individual;

c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

d) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro na Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual, se houver, nos termos do art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

5.2.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;

b) Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do

Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN n.º 1751, de 02 de outubro de 2014;

c) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (Certificado de Regularidade do FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal);

d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Positiva com efeitos de Negativa (CNDT), nos termos da Lei n.º 12.440/2011, que inseriu o Título VII-A na Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943.

5.2.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica;

b) **Balço patrimonial encerrado em 31/12/2018**, apresentado na forma da lei, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

Parágrafo primeiro - Todos os documentos citados deverão conter as **assinaturas do técnico em contabilidade ou contador**, com o devido registro no Conselho Regional de Contabilidade, e **do(s) sócio(s), diretor(es), administrador(es) ou representante legal**.

Parágrafo segundo - **As microempresas e as empresas de pequeno porte, assim como as cooperativas que preencham as condições estabelecidas no art. 34 da Lei n.º 11.488/07** estão dispensadas do balanço patrimonial apenas para fins fiscais. Assim, para a presente licitação, é **OBRIGATÓRIA** a apresentação desta peça, dispensando-se apenas a publicação e a sua transcrição no livro diário.

Parágrafo terceiro – Caso a empresa esteja cadastrada no **Sistema Público de Escrituração Digital - SPED**, deverá apresentar a seguinte documentação:

- a) Termos de Abertura e Encerramento do Livro Digital;
- b) Balanço Patrimonial “Escrituração Contábil Digital – ECD”, nos termos do art. 5º da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil n.º 1.774, de 22 de dezembro de 2017;
- c) Demonstrativo de Resultado do Exercício;
- d) Termo de Autenticação do Livro Digital.

Parágrafo quarto - A capacidade financeira da licitante será aferida mediante a obtenção dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) maiores que um (> 1), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, conforme determinação contida no inciso V, item 7, da Instrução Normativa n.º 5/95, do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, e suas alterações:

$$\text{Liquidez Geral (LG)} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$\text{Solvência Geral (SG)} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$\text{Liquidez Corrente (LC)} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Parágrafo quinto - O licitante que apresentar resultado igual ou menor do que 1 (um), em qualquer um dos índices ora referidos, deverá comprovar o **patrimônio líquido positivo mínimo**, para habilitação, correspondente a 10% (dez por cento) do valor efetivo da contratação.

Parágrafo sexto - As empresas recém-constituídas (no presente exercício) deverão apresentar, em substituição ao Balanço Patrimonial, cópia do Balanço de Abertura, nas mesmas condições formais exigidas acima (assinaturas, registro, etc.). Para habilitação, tais empresas deverão comprovar o **capital social mínimo** correspondente a 10% (dez por cento) do valor efetivo da contratação.

Parágrafo sétimo - Na ocorrência das situações previstas nos parágrafos quinto e sexto, o licitante deverá encaminhar o balanço patrimonial / balanço de abertura por meio da opção "Enviar/Anexo" do site www.comprasgovernamentais.gov.br ou, excepcionalmente, por email, mediante autorização do(a) Pregoeiro(a), independentemente de seus dados constarem no SICAF, nos termos do subitem 6.21, tendo em vista a necessidade de comprovação do valor do patrimônio líquido positivo.

5.3. Os documentos relacionados nos subitens anteriores não poderão ser substituídos por qualquer tipo de protocolo.

5.4. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que já constem na tela utilizada pelo(a) Pregoeiro(a) para consulta ao SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores observando-se o disposto no parágrafo **sétimo** do subitem 5.2.3, alínea "b".

5.5. A comprovação da habilitação no SICAF será feita "*on line*" pelo(a) Pregoeiro(a).

5.6. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus anexos, o(a) Pregoeiro(a) inabilitará o licitante.

5.7. Os documentos relacionados nos subitens 5.2.2 e 5.2.3, alínea "a", deverão estar válidos na data de habilitação das propostas, ressalvado o disposto nos subitens 6.20 a 6.22.

5.8. Os documentos necessários à habilitação porventura exigidos pelo(a) Pregoeiro(a), a título de diligência ou nas hipóteses dos subitens 6.20 a 6.22, poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, pelo(a) Pregoeiro(a) ou por membro da equipe de apoio ou publicação em órgão da Imprensa Oficial.

6. DA SESSÃO DO PREGÃO

6.1. A partir do horário previsto no preâmbulo deste Edital, terá início a sessão pública do Pregão, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o(a) Pregoeiro(a) a avaliar a aceitabilidade das mesmas, verificando a compatibilidade do preço cotado e a conformidade da descrição dos serviços ofertados com as exigências do Edital e seus Anexos, sob pena de desclassificação.

6.2. O(A) Pregoeiro(a) deverá suspender a sessão pública do pregão na forma eletrônica quando constatar que a avaliação da conformidade das propostas, de que trata o [art. 22, § 2º](#), do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, irá perdurar por mais de um dia, conforme Orientação Normativa nº 01/2016 da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Parágrafo Único - Após a suspensão da sessão pública, o(a) pregoeiro(a) enviará, via chat, mensagem aos licitantes informando a data prevista para o início da oferta dos lances.

6.3. Aberta a sessão, não caberá desistência quanto às propostas apresentadas, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).

6.4. Classificadas as propostas, o(a) Pregoeiro(a) dará início à fase de lances, quando então os licitantes poderão encaminhá-los, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

6.5. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado para a abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.6. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.7. O sistema registrará lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.8. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante que ofertou o menor lance.

6.9. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade dos licitantes, não lhes cabendo pleitear qualquer alteração.

6.10. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do(a) Pregoeiro(a), mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico aos licitantes, após o que decorrerá período de tempo de **até 30** (trinta) minutos, aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.11. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

6.12. No caso de desconexão do(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.13. Quando a desconexão do(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes no site www.comprasgovernamentais.gov.br.

6.14. Em casos de indisponibilidade geral do Sistema *Comprasnet* no momento da abertura da sessão, os licitantes devem aguardar o retorno da funcionalidade por um prazo de até 30 minutos. Transcorrido esse prazo sem que cesse a indisponibilidade, a sessão fica automaticamente remarcada para o mesmo horário do próximo dia útil seguinte, se determinação diversa não for emitida pelo próprio Sistema *Comprasnet*.

6.15. Durante/Depois a fase de lances, o(a) Pregoeiro(a) poderá excluir lance cujo valor for considerado inexecutável.

6.16. Encerrada a etapa de lances, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado pela Administração para a contratação.

6.17. Definido o licitante classificado em primeiro lugar, o(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar contraproposta ao mesmo, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste Edital. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.18. **Quando solicitado pelo(a) Pregoeiro(a), para fins de aceitação da proposta de menor preço**, o licitante deverá encaminhar sua proposta reformulada, devidamente assinada pelo(s) representante(s) legal(is), por meio da opção "Enviar/Anexo" do site www.comprasgovernamentais.gov.br, ou, excepcionalmente,

mediante autorização do(a) Pregoeiro(a), pelo e-mail licitar@tre-mg.jus.br, com assinatura digitalizada na proposta reformulada, no prazo **máximo de 2 (duas) horas** após a solicitação, contendo as seguintes informações:

a) razão social do proponente, número de inscrição no CNPJ, endereço completo, número do telefone, número do fax, número do celular do representante, e-mail, número da conta bancária, número e nome da agência do respectivo banco;

b) preços unitários e totais dos serviços, cotados **separadamente**, para o ano eleitoral e ano não eleitoral, e preço global, em algarismo e por extenso, prevalecendo o último em caso de divergência, em moeda nacional, conforme modelo da Planilha Orçamentária do Anexo II do Termo de Referência (Anexo I deste Edital), já readequados ao preço/lance vencedor;

c) prazos constantes do Termo de Referência;

d) prazo de validade da proposta nos termos do item 4.7 deste edital.

Parágrafo Primeiro: A proposta que omitir os prazos mencionados acima não será desclassificada, mas considerada de acordo com os mesmos.

Parágrafo Segundo: Em face da existência de filtros de redes e outros mecanismos de controle da integridade dos sistemas eletrônicos, que podem, eventualmente, impedir o encaminhamento do documento, a confirmação do recebimento do e-mail, nas hipóteses em que essa forma de envio for excepcionalmente autorizada pelo(a) Pregoeiro(a), dentro do prazo estabelecido via chat é de responsabilidade da empresa licitante, razão pela qual essa deverá suportar os ônus decorrentes de desclassificações motivadas em sua inércia. Eventuais alegações posteriores de quaisquer defeitos ou entraves técnicos na remessa do e-mail não serão aceitas por este Tribunal como justificativa da inércia da empresa licitante.

6.19. Sendo aceitável a proposta de menor valor, o(a) Pregoeiro(a) efetuará consulta "on-line" ao SICAF, para comprovar a regularidade do licitante. O(A) Pregoeiro(a) verificará, também, o cumprimento às demais exigências para habilitação contidas no item 5 deste edital.

6.20. Será assegurado ao licitante cadastrado no SICAF, caso esteja com algum documento vencido ou que não esteja contemplado no sistema, o direito de apresentar, no prazo de até 2 (duas) horas após solicitação do(a) Pregoeiro(a), por meio da opção "Enviar/Anexo" do site www.comprasgovernamentais.gov.br, ou, excepcionalmente, mediante autorização do(a) Pregoeiro(a), pelo e-mail licitar@tre-mg.jus.br, a documentação atualizada e regularizada, podendo o(a) Pregoeiro(a) verificar a regularidade do licitante por meio dos sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões.

Parágrafo único - Caso a qualificação econômico-financeira do licitante esteja vencida no SICAF, em razão da Certidão Negativa de Falência ou Concordata e/ou Balanço Patrimonial exigido(s) no subitem 5.2.3, este(s) deverá(ão) ser encaminhado(s) no prazo e forma definidos no *caput*. Não constando o prazo de validade na Certidão Negativa de Falência ou Concordata, este será de 180 (cento e oitenta) dias.

6.21. O(A) pregoeiro(a) poderá exigir a apresentação do balanço patrimonial/balanço de abertura da licitante, que deverá ser enviado por meio da opção "Enviar/Anexo" do site www.comprasgovernamentais.gov.br, ou, excepcionalmente, mediante autorização do(a) Pregoeiro(a), pelo e-mail licitar@tre-mg.jus.br, no prazo de até **2 (duas) horas**, após solicitação no sistema eletrônico, na ocorrência das situações previstas nos parágrafos quinto e sexto do subitem 5.2.3, alínea "b", deste edital, para comprovação do valor do patrimônio líquido positivo.

6.22. Havendo alguma restrição em sua comprovação da **regularidade fiscal ou trabalhista**, o licitante classificado em primeiro lugar terá prazo adicional de 5 (cinco) dias úteis, contado da decisão do(a) Pregoeiro(a) que o declarar vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

Parágrafo único – A critério do(a) Pregoeiro(a) e desde que tenha sido requerido pelo licitante, o prazo do *caput* deste subitem poderá ser prorrogado por igual período.

6.23. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

6.24. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

6.25. Ocorrendo a situação a que se refere o subitem anterior, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar, pelo sistema eletrônico, diretamente com o licitante, objetivando a obtenção de melhor preço.

6.26. Constatado o atendimento das exigências de habilitação fixadas neste Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame, caso não haja interposição de recursos, encaminhando-se, em seguida, os autos à autoridade competente para homologação.

6.27. Da sessão pública será lavrada ata circunstanciada, que mencionará todos os licitantes, a classificação dos lances, bem como as ocorrências que interessarem ao julgamento desta licitação.

6.28. Todos os documentos enviados por meio da opção "Enviar/Anexo" do site www.comprasgovernamentais.gov.br ou, excepcionalmente, por email, mediante autorização do(a) Pregoeiro(a), deverão ser apresentados em original ou por cópia autenticada, devidamente assinados pelo(s) representante(s) legal(is), no prazo de **até 3 (três) dias úteis, impreterivelmente**, no seguinte endereço: Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, Av. Prudente de Moraes, n.º 100, 2º andar, Seção de Protocolo, Bairro Cidade Jardim, CEP: 30.380-002, Belo Horizonte/MG.

7. DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

7.1. Até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o presente instrumento convocatório, **preferencialmente, pelo e-mail: licitar@tre-mg.jus.br**. As impugnações encaminhadas **via fax** poderão ser feitas pelo **n.º: (31) 3307-1920**.

7.2. A solicitação de esclarecimento de dúvidas a respeito de condições do edital deverá ser efetuada pelas empresas interessadas em participar do certame, até o 3.º (terceiro) dia útil que anteceder a data fixada para a abertura da sessão pública, **exclusivamente pelo e-mail: licitar@tre-mg.jus.br**.

7.3. As impugnações e os pedidos de esclarecimento, bem como as respectivas respostas, serão divulgados no site www.comprasgovernamentais.gov.br, na Aba "Gestor Público", no link: [consultas/comprasgovernamentais/pregões/agendados](#) – **Código UASG do TRE/MG: 070014** –, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas. O fornecedor, além do link "Consultas" da Aba "Gestor Público", poderá visualizar também no menu principal, no link: "visualizar impugnações/esclarecimentos/avisos".

8. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1. O julgamento das propostas levará em consideração o critério do **menor preço global**, desde que atendidas todas as exigências deste edital.

8.2. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, a classificação será feita através de sorteio, de acordo com o § 2.º, art. 45, da Lei n.º 8.666/93.

9. DOS RECURSOS

9.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, **em campo próprio do sistema**, manifestar a intenção de recorrer, quando, aceita a intenção pelo(a) pregoeiro(a), lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentar as razões de recurso, **também em campo próprio do sistema**, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente.

9.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito, ficando o(a) Pregoeiro(a) autorizado(a) a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

Parágrafo único – Para possibilitar o exercício da manifestação da intenção de recorrer, o(a) Pregoeiro(a) manterá a respectiva tela aberta aos licitantes pelo período mínimo de 20 (vinte) minutos, a contar da habilitação **do item**.

9.3. Os recursos deverão ser dirigidos à Diretoria-Geral do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, por intermédio do(a) Pregoeiro(a), o(a) qual poderá reconsiderar sua decisão em 5 (cinco) dias úteis ou, nesse período, encaminhá-los à Diretoria-Geral do TRE/MG, devidamente informados, para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

9.4. Os recursos imotivados ou em desacordo com as condições estabelecidas neste edital não serão aceitos.

9.5. Esgotado o direito de interposição de recurso dos licitantes (quando as razões do recurso forem registradas no primeiro ou segundo dia), faculta-se ao(à) Pregoeiro(a) a antecipação do prazo de apresentação das contrarrazões e de seu julgamento.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO LICITANTE VENCEDOR

O licitante vencedor ficará obrigado a:

- a) assinar o instrumento contratual oriundo deste procedimento licitatório, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento da convocação, determinada pelo Aviso de Recebimento (AR);
- b) cumprir fielmente o contrato de prestação de serviços com o Tribunal, nos termos propostos na minuta anexa;
- c) não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação;
- d) emitir nota fiscal com o mesmo número de CNPJ do estabelecimento que cadastrou a proposta no Comprasnet.

11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa com a presente licitação correrá à conta de créditos orçamentários, na seguinte classificação:

- **ELEMENTO:** 3390.39.46– Serviços Domésticos
- **U.O.:** 14.113 **PTRES:** 84656
- **PROGRAMA DE TRABALHO:** 02.122.0570.20GP.0031 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral
- **LOA:** 13.808/2019

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas no presente instrumento convocatório sujeitará o licitante às sanções previstas nas Leis nº 8.666/93 e nº 10.520/02 e legislação correlata, observados ainda os termos da Cláusula Onze da minuta contratual (Anexo II do edital).

12.2. Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o instrumento contratual, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará sujeito ao impedimento de licitar e de contratar com a União, e ao descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas no edital e na minuta contratual e das demais cominações legais.

Parágrafo primeiro – Quando o licitante vencedor recusar-se a assinar o instrumento contratual, ou deixar de fazê-lo no prazo previsto no item 10, alínea “a”, ao Tribunal reserva-se o direito de convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assiná-lo, após negociação, aceitação da proposta e comprovação dos requisitos de habilitação, ou de revogar a licitação, independentemente das sanções administrativas previstas neste edital.

Parágrafo segundo - O atraso injustificado da assinatura do instrumento contratual poderá acarretar ao licitante vencedor multa diária de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor anual do contrato, até 30 (trinta) dias de atraso, a partir de quando o licitante vencedor se sujeitará à multa no montante de 20% (vinte por cento) sobre o valor anual do contrato, sem prejuízo da sanção prevista no subitem 12.2.

12.3. O período de atraso será contado em dias corridos.

12.4. O não pagamento da multa poderá ensejar a aplicação de penalidade mais gravosa ao licitante vencedor.

12.5. A aplicação de penalidades depende de procedimento administrativo, garantindo-se ao licitante vencedor o contraditório e a ampla defesa.

12.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13. DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado mensalmente pelo Tribunal Regional Eleitoral, mediante ordem bancária, no prazo máximo de 10 (dez) dias depois de apresentada a respectiva Nota Fiscal ou Fatura, e após atestado, pelo setor competente a efetiva prestação dos serviços, observados os termos dispostos na Cláusula Sexta da minuta contratual (Anexo II do edital).

Parágrafo único - Na hipótese de o valor da contratação enquadrar-se no limite estabelecido no art. 5º, §3º, da Lei 8.666/93, o prazo para pagamento será de até 5 (cinco) dias úteis contados da apresentação da respectiva nota fiscal/fatura, após atestada a efetiva prestação dos serviços.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. O licitante e seu preposto são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e documentos apresentados em qualquer fase do processo licitatório.

14.2. Na contagem dos prazos estipulados na presente licitação, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

14.3. Quaisquer textos ou documentos **redigidos em língua estrangeira** somente serão considerados válidos se acompanhados da respectiva tradução para

língua portuguesa feita por tradutor juramentado, de acordo com o disposto no Decreto n.º 13.609/43, que regulamenta o ofício de tradutor público.

14.4. O Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais poderá revogar ou anular esta licitação, nos termos do art. 49 da Lei n.º 8.666/93.

14.5. Será facultado ao(à) Pregoeiro(a) ou autoridade superior, em qualquer fase do julgamento da habilitação e das propostas, promover diligência, registrada em ata, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta ou documentação.

14.6. O resultado da presente licitação será publicado no Diário Oficial da União e estará disponível também na página do TRE/MG na internet, no seguinte endereço:

- <http://www.tre-mg.jus.br>

14.7. O objeto deste Pregão poderá sofrer alterações, em conformidade com o art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

14.8. Para todas as referências de tempo contidas neste edital, será observado o horário de Brasília (DF) e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

14.9. O(A) Pregoeiro(a), para fins de conferência, reserva-se o direito de exigir os originais de todos os documentos apresentados em fotocópias para esta licitação.

14.10. Por força do disposto no inciso I do art. 109 da Constituição Federal e no §2º do art. 55 da Lei nº 8.666/93, o foro da Seção Judiciária de Minas Gerais será o competente para dirimir questões resultantes da presente licitação.

14.11. Integram o presente edital os seguintes anexos:

- I – Termo de Referência e seus Anexos (I e II);
- II – Minuta do Contrato de Prestação de Serviços e seus anexos.

14.12. Outros esclarecimentos sobre a presente licitação poderão ser obtidos, de segunda a sexta-feira, das 12 (doze) às 18 (dezoito) horas, pelo telefone: (31) 3307-1288 ou pelo telefax: (31) 3307-1920.

Belo Horizonte, 03 de setembro de 2019.

RODOLFO FRANCISCO CASTRO PACHECO
Secretário de Gestão Administrativa

FLÁVIO RIBEIRO NOTINI DE FREITAS
Coordenador de Compras e Licitações

ANEXO I DO EDITAL

TERMO DE REFERÊNCIA

OBS: Havendo divergência entre as especificações constantes no sistema eletrônico e as contidas neste Termo de Referência, prevalecerão estas.

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de lavanderia para lavagem e higienização das seguintes peças:

- 1.1 Toalhas de mesa;
- 1.2 Bandeiras oficiais;
- 1.3 Becas dos magistrados da Corte;
- 1.4 Coletes dos Técnicos de Apoio – utilizados apenas em anos eleitorais;
- 1.5 Cortinas e forros.

2. JUSTIFICATIVA

A contratação deve-se à necessidade constante e permanente de lavagem e higienização de alguns itens, tendo em vista que o tribunal não dispõe de mão-de-obra qualificada e equipamento específico para este fim. Além disso, a lavagem feita por empresa especializada visa à correta conservação dos bens patrimoniais deste tribunal.

Deverá ser feita a contratação de uma única empresa visando garantir as condições de operacionalização e supervisão, sem prejuízos na eficiência dos resultados esperados. Tal medida visa também garantir vantagem para a Administração de ordem prática e financeira, favorecendo o princípio da economicidade, o melhor gerenciamento do contrato bem como a fiscalização de sua execução.

3. LOCAIS DAS SEÇÕES REQUISITANTES E QUANTITATIVOS:

3.1 Seção de Administração Predial: Ed. Sede, Av. Prudente de Moraes, nº 100 – 2º andar- Cidade Jardim:

QUANTITATIVO		TAMANHO	TIPO DE TECIDO
18 toalhas tamanho grande, sendo:	03 toalhas de mesa	3,80m x 1,60m	Tecido gorgurinho branco
	15 toalhas de mesa	3,80m x 1,60m	Tecido brocado branco
11 toalhas tamanho pequeno, sendo:	04 toalhas de mesa	2,10m x 1,60m	Tecido brocado branco
	07 toalhas de mesa	2,10m x 1,40m	Tecido brocado amarelo
QUANTITATIVO		TAMANHO	TIPO DE TECIDO
08 bandeiras		1,60m x 1,10	Tecido poliéster

3.2 Seção de Cerimonial: Ed. Anexo I, Av. Prudente de Moraes, nº 320 – 3º andar- Cidade Jardim:

QUANTITATIVO		TAMANHO	TIPO DE TECIDO
12 toalhas tamanho grande, sendo:	06 toalhas de mesa	2,0m X 3,0m	Tecido shantung bege claro
	03 toalhas de mesa	2,0m x 3,0m	Tecido shantung prata
	03 toalhas de mesa	2,0m x 3,0m	Tecido shantung preto
09 toalhas tamanho pequeno, sendo:	03 toalhas de mesa/naperon	2,10m x 1,60m	Tecido jacquard adamascado branco
	03 toalhas de mesa/naperon	2,10m x 1,40m	Tecido jacquard adamascado ouro velho
	03 toalhas de mesa/naperon	2,10m x 1,40m	Tecido jacquard adamascado prata velho
QUANTITATIVO		TAMANHO	TIPO DE TECIDO
05 bandeiras		1,60m x 1,10	Tecido poliéster
01 bandeira		1,30mx 0,90	Tecido poliéster

3.3 Coordenadoria de Sessões: Ed. Sede, Av. Prudente de Morais, nº 100 - 3º andar – Cidade Jardim:

QUANTITATIVO	TIPO DE TECIDO	
25 (vinte e cinco) becas	Tecido de Microfibra, na cor preta, com frente dupla e decote em V, 2 (dois) botões, costas com sobre capa até a altura da cintura, mangas amplas e franzidas, punhos com renda branca guipir e pingente simples em fios de seda na extremidade	
QUANTITATIVO	TAMANHO	TIPO DE TECIDO
02 cortinas com forro: cada uma com 2 (duas) peças (uma peça costurada na outra)	Cortina: 6,18m x 2,50m Forro: 6,25m x 2,43m	Tecido lexus com forro em voil
01 cortina com forro: 2 (duas) peças: uma costurada na outra	Cortina: 2,86m x 2,33m Forro: 2,86m x 2,33m	Tecido chantung liso com forro em voil
02 blackouts:	2,20m x 2,40	Tecido blackout

2 (duas) peças separadas	m cada peça	
--------------------------	-------------	--

3.4 Coordenadoria de Comunicação Social: Ed. Sede, Av. Prudente de Moraes, nº 100 – 11º andar- Cidade Jardim

QUANTITATIVO	TAMANHO	TIPO DE TECIDO
500 coletes de técnicos de apoio	0,70 cm de comprimento e 0,52 cm de largura	Malha PV, na cor amarela, abertos nas laterais, com fechamento parcial com elástico branco

3.5 Cartórios da 331ª Zona Eleitoral – Avenida do Contorno, nº 7038, 6º andar – Lourdes:

QUANTITATIVO	TAMANHO	TIPO DE TECIDO
3.900 coletes de técnicos de apoio	0,70 cm de comprimento e 0,52 cm de largura	Malha PV, na cor amarela, abertos nas laterais, com fechamento parcial com elástico branco

Observações:

- As medidas podem variar cerca de 20 cm para mais ou para menos em virtude de encolhimento ou estiramento dos tecidos.
- Os locais de retirada poderão sofrer alterações, de acordo com a necessidade do CONTRATANTE, a fim de atender à demanda dos setores.

4. PERIODICIDADE DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

4.1. Para a correta execução dos serviços a CONTRATADA deverá executar as lavagens conforme a periodicidade constante nos ANEXOS I e II deste Termo de Referência.

5. DA DURAÇÃO DO CONTRATO:

A vigência do contrato a ser firmado será de 24 (vinte e quatro) meses.

Justificativa: A vigência desse contrato abrangerá um período misto (parte em ano eleitoral, parte em ano não eleitoral). Em virtude da sazonalidade do período eleitoral, há um acréscimo na demanda por lavagens. A vigência de 12 (doze) meses não comportaria a previsão de serviços extraordinários de lavagens para o período eleitoral.

6. DO SERVIÇO:

6.1. A empresa contratada deverá proceder, no ato da retirada, à prévia vistoria das peças supracitadas, identificando defeitos e manchas existentes, fazendo constar expressamente em guia própria;

6.2. As peças deverão ser lavadas, passadas e devolvidas sem frisos e sem goma; sendo que as toalhas de mesa e as becas deverão ser devolvidas em cabide apropriado e os coletes ensacados individualmente;

6.3. As bandeiras oficiais deverão ser lavadas a seco, a fim de não manchá-las nem danificá-las;

6.4. As peças deverão ser recolhidas pela CONTRATADA nos locais discriminados no item 3, no máximo até as 18 horas, nos dias solicitados pela CONTRATANTE, no prazo de até 2 dias úteis a partir do pedido.

7. PRAZOS PARA EXECUÇÃO E ENTREGA DOS SERVIÇOS:

A partir da retirada das peças:

- 05 dias úteis para os coletes;

- 02 dias úteis para as demais peças.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

8.1. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

8.2. Utilizar produtos e técnicas de lavagem adequadas às características de cada tipo de material, para que não os danifiquem, bem como utilizar processo de higienização adequado;

8.3. A cada remessa de material lavado, a empresa deverá emitir um talão do serviço prestado, para fins de conferência e controle da seção requisitante;

8.4. Emitir Nota Fiscal, discriminando os itens lavados;

8.5. Responsabilizar-se pelo recolhimento e entrega das peças;

8.6. Providenciar os equipamentos apropriados à perfeita execução dos serviços Contratados;

8.7. Responsabilizar-se, em relação a seus funcionários, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, tais como: salários, seguros, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vale-transporte e demais obrigações;

8.8. Responsabilizar-se pelo ressarcimento das despesas, na ocorrência de danos contra terceiros, bem como de dano em qualquer material ou imóvel do CONTRATANTE;

8.9. Designar funcionário capacitado para supervisionar todo o trabalho, durante todo o período de execução dos serviços, de forma a dirimir quaisquer dúvidas, coordenar e agilizar o serviço, para que não ocorram atrasos desnecessários;

8.10. Substituir as peças que por ventura sofrerem danos durante a execução dos serviços, por outra na mesma qualidade, material, tamanho e cor;

9. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. Proporcionar, no âmbito de sua alçada, as condições necessárias ao cumprimento do objeto pela CONTRATADA;

9.2. Assegurar aos funcionários da CONTRATADA o acesso às dependências do prédio para a execução dos serviços, respeitadas as normas de segurança interna do CONTRATANTE;

9.3. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços por servidores especialmente designados, na forma prevista na Lei 8.666/93;

10.PAGAMENTO:

O pagamento será mensal, após atestada a plena execução dos serviços pelo servidor do Tribunal devidamente designado para acompanhamento e fiscalização do contrato, observadas as disposições contidas nos instrumentos convocatório e contratual.

11.CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE:

Conforme o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da AGU, o detergente em pó a ser utilizado na execução dos serviços deverá possuir composição que respeite os limites de concentração máxima de fósforo admitidos na Resolução CONAMA n° 359, de 29/04/2005, e legislação correlata.

Termo de Referência elaborado por: Aline Aparecida Sacramento Novais - Seção de Administração Predial e Teresa Chiarella dos Santos - Chefe da Seção de Administração Predial.

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA

		Toalhas		Bandeiras oficiais	Becas dos magistrados da Corte	Coletes dos Técnicos de Apoio	Cortinas e forros
		Toalha de mesa GRANDE	Toalha de mesa PEQUENA				
ANO NÃO ELEITORAL	Janeiro	15	5	0	13	X	1
	Fevereiro	15	5	1	13	X	0
	Março	15	5	0	13	X	0
	Abril	15	5	0	13	X	0
	Maio	15	5	0	13	X	1
	Junho	15	5	1	13	X	0
	Julho	15	5	0	13	X	0
	Agosto	15	5	0	13	X	0
	Setembro	15	5	0	13	X	1
	Outubro	15	5	1	13	X	0
	Novembro	15	5	0	13	X	0
	Dezembro	15	5	0	13	X	0
	TOTAL	180	60	3	156	X	3
ANO ELEITORAL	Janeiro	15	5	0	13	0	1
	Fevereiro	15	5	1	13	0	0
	Março	15	5	0	13	0	0
	Abril	15	5	1	13	0	0
	Maio	15	5	0	13	0	1
	Junho	15	5	1	13	0	0
	Julho	25	7	0	13	0	0
	Agosto	25	7	1	13	0	0
	Setembro	25	7	0	13	4.400	1
	Outubro	25	7	1	13	4.400	0
	Novembro	25	7	0	13	0	0
	Dezembro	15	5	1	13	0	0
	TOTAL	230	70	6	156	8800	3

ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA

ANO NÃO ELEITORAL							
Tipo de PEÇA	Qtidade de PEÇAS por tipo	Seção de Administração Predial: Ed. Sede, Av. Prudente de Moraes, nº 100 – 2º andar- Cidade Jardim			Preço Unitário da lavagem por peça	Qtidade TOTAL estimada de lavagens em 12 meses	Preço Total
Toalha Grande	3	toalhas de mesa	3,80m X 1,60m	Tecido gorgurinho branco		18 R\$	-
	15	toalhas de mesa	3,80m x 1,60m	Tecido brocado branco		90 R\$	-
Toalha Pequena	4	toalhas de mesa	2,10m x 1,60m	Tecido brocado branco		12 R\$	-
	7	toalhas de mesa	2,10m x 1,40m	Tecido brocado amarelo		21 R\$	-
Bandeira	8	bandeiras	1,60m x 1,10	Tecido poliéster		1 R\$	-
Seção de Cerimonial: Ed. Anexo I, Av. Prudente de Moraes, nº 320 – 3º andar- Cidade Jardim							
Toalha Grande	6	toalhas de mesa	2,0m X 3,0m	Tecido shantung bege claro		36 R\$	-
	3	toalhas de mesa	2,0m x 3,0m	Tecido shantung		18 R\$	-
	3	toalhas de mesa	2,0m x 3,0m	Tecido shantung		18 R\$	-
Toalha Pequena	3	toalhas de mesa/naperon	2,10m x 1,60m	Tecido jacquard adamsado branco		9 R\$	-
	3	toalhas de mesa/naperon	2,10m x 1,40m	Tecido jacquard adamsado ouro velho		9 R\$	-
	3	toalhas de mesa/naperon	2,10m x 1,40m	Tecido jacquard adamsado prata velho		9 R\$	-
Bandeira	5	bandeiras	1,60m x 1,10	Tecido poliéster		1 R\$	-
	1	bandeira	1,30m x 0,9	Tecido poliéster		1 R\$	-
Coordenadoria de Sessões: Ed. Sede, Av. Prudente de Moraes, nº 100 – 3º andar – Cidade Jardim							
Beca	25	becas	Tecido de Microfibra, na cor preta, com frente dupla e decote em V, 2 (dois) botões, costas com sobre capa até a altura da cintura, mangas amplas e franzidas.			156 R\$	-
Cortina	1	cortinas com forro: cada uma com 2 (duas) peças (uma peça costurada na outra)	Cortina: 6,18m x 2,50m / Forro: 6,25m x 2,43m	Tecido lexis com forro em voil		1 R\$	-
	1	cortina com forro: 2 (duas) peças: uma costurada na outra	Cortina: 2,86m x 2,33m / Forro: 2,86m x 2,33m	Tecido chantung liso com forro em voil		1 R\$	-
	2	blackouts: 2 (duas) peças separadas	2,20m x 2,40m cada peça	Tecido blackout		1 R\$	-
VALOR TOTAL Ano não Eleitoral (A)						RS	-
ANO ELEITORAL							
Tipo de PEÇA	Qtidade de PEÇAS por tipo	Seção de Administração Predial: Ed. Sede, Av. Prudente de Moraes, nº 100 – 2º andar- Cidade Jardim			Preço Unitário da lavagem por peça	Qtidade TOTAL estimada de lavagens em 12 meses	Preço Total
Toalha Grande	3	toalhas de mesa	3,80m X 1,60m	Tecido gorgurinho branco		23 R\$	-
	15	toalhas de mesa	3,80m x 1,60m	Tecido brocado branco		115 R\$	-
Toalha Pequena	4	toalhas de mesa	2,10m x 1,60m	Tecido brocado branco		13 R\$	-
	7	toalhas de mesa	2,10m x 1,40m	Tecido brocado amarelo		24 R\$	-
Bandeira	8	bandeiras	1,60m x 1,10	Tecido poliéster		2 R\$	-
Seção de Cerimonial: Ed. Anexo I, Av. Prudente de Moraes, nº 320 – 3º andar- Cidade Jardim							
Toalha Grande	6	toalhas de mesa	2,0m X 3,0m	Tecido shantung bege claro		46 R\$	-
	3	toalhas de mesa	2,0m x 3,0m	Tecido shantung		23 R\$	-
	3	toalhas de mesa	2,0m x 3,0m	Tecido shantung		23 R\$	-
Toalha Pequena	3	toalhas de mesa/naperon	2,10m x 1,60m	Tecido jacquard adamsado branco		11 R\$	-
	3	toalhas de mesa/naperon	2,10m x 1,40m	Tecido jacquard adamsado ouro velho		11 R\$	-
	3	toalhas de mesa/naperon	2,10m x 1,40m	Tecido jacquard adamsado prata velho		11 R\$	-
Bandeira	5	bandeiras	1,60m x 1,10	Tecido poliéster		2 R\$	-
	1	bandeira	1,30m x 0,9	Tecido poliéster		2 R\$	-
Coordenadoria de Sessões: Ed. Sede, Av. Prudente de Moraes, nº 100 – 3º andar – Cidade Jardim							
Beca	25	becas	Tecido de Microfibra, na cor preta, com frente dupla e decote em V, 2 (dois) botões, costas com sobre capa até a altura da cintura, mangas amplas e franzidas.			156 R\$	-
Cortina	1	cortinas com forro: cada uma com 2 (duas) peças (uma peça costurada na outra)	Cortina: 6,18m x 2,50m / Forro: 6,25m x 2,43m	Tecido lexis com forro em voil		1 R\$	-
	1	cortina com forro: 2 (duas) peças: uma costurada na outra	Cortina: 2,86m x 2,33m / Forro: 2,86m x 2,33m	Tecido chantung liso com forro em voil		1 R\$	-
	2	blackouts: 2 (duas) peças separadas	2,20m x 2,40m cada peça	Tecido blackout		1 R\$	-
Coordenadoria de Comunicação Social: Ed. Sede, Av. Prudente de Moraes, nº 100 – 11º andar- Cidade Jardim							
Colete	500	coletes de técnicos de apoio	0,70 cm de comprimento e 0,52 cm de largura		Malha PV, na cor amarela, abertos nas laterais, com fechamento parcial com elástico branco	1000 R\$	-
Cartórios da 331ª Zona Eleitoral – Avenida do Contorno, nº 7038, 6º andar – Lourdes							
Colete	3.900	coletes de técnicos de apoio	0,70 cm de comprimento e 0,52 cm de largura		Malha PV, na cor amarela, abertos nas laterais, com fechamento parcial com elástico branco	7800 R\$	-
VALOR TOTAL Ano Eleitoral (B)						RS	-
VALOR TOTAL ESTIMADO DO CONTRATO (A + B)						RS	-



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

ANEXO II DO EDITAL

MINUTA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

PAD nº 1904037/2019

Contrato nº _____/____ – TREMG

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE
ENTRE SI CELEBRAM A **UNIÃO**, POR
INTERMÉDIO DO **TRIBUNAL REGIONAL
ELEITORAL DE MINAS GERAIS** E
.....

Pelo presente instrumento, de um lado a **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS**, com sede em Belo Horizonte/MG, na Av. Prudente de Moraes, 100, Cidade Jardim, CNPJ nº 05.940.740/0001-21, a seguir denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Diretor-Geral, Adriano Denardi Júnior, de acordo com a delegação de competência contida no art. 2º, inciso VI, da Portaria nº 152/2019 da Presidência deste Tribunal, publicada no DJE de 19/06/2019, e, do outro lado, a, CNPJ nº, com sede em,/MG, na, nº, Bairro, a seguir denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu, Carteira de Identidade nº, expedida por, CPF nº, vêm ajustar o presente Contrato de Prestação de Serviços, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de lavanderia, para lavagem e higienização das seguintes peças:

- I. Toalhas de mesa;
- II. Bandeiras oficiais;
- III. Becas dos magistrados da Corte;
- IV. Coletes dos Técnicos de Apoio – utilizados apenas em anos eleitorais;
- V. Cortinas e forros.

Parágrafo Único: As especificações das peças a serem lavadas e dos serviços estão descritas no Anexo I deste instrumento.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, e por todo e qualquer dano físico, material ou pessoal causado direta ou indiretamente ao CONTRATANTE, seus servidores ou outros, por ocasião da realização dos serviços;

II. Executar e entregar os serviços no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis(coletes) e 2 (dois) dias úteis para as demais peças, a partir de sua retirada;

III. Utilizar produtos e técnicas de lavagem adequadas às características de cada tipo de material, para que não os danifiquem, bem como utilizar processo de higienização adequado;

IV. Utilizar, na execução dos serviços, detergente em pó que respeite os limites de concentração máxima de fósforo admitidos pela Resolução CONAMA n° 359, de 29/04/2005, e legislação correlata.

V. Emitir Nota Fiscal, discriminando os itens lavados, bem como um talão do serviço prestado, para fins de conferência e controle da seção requisitante, a cada remessa de material lavado;

VI. Responsabilizar-se pelo recolhimento e entrega das peças, após solicitação dos respectivos setores requisitantes do CONTRATANTE, citadas no item 1 do Anexo I deste instrumento;

VII. Responsabilizar-se, em relação a seus funcionários, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, tais como: salários, seguros, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vale-transporte e demais obrigações;

VIII. Substituir as peças que por ventura sofrerem danos durante a execução dos serviços, por outra na mesma qualidade, material, tamanho e cor;

IX. Observar os critérios para prestação dos serviços e as demais obrigações dispostos nos Anexos deste instrumento;

X. Responsabilizar-se por todos os materiais e ferramentas necessários à execução dos serviços, bem como pelo seu pessoal;

XI. Indicar o nome do seu preposto que será o contato usual para equacionar os eventuais problemas relativos à prestação dos serviços;

XII. Fornecer e manter atualizado o endereço postal e eletrônico, bem como o número de telefone/fax, para que o CONTRATANTE mantenha os contatos necessários;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

XIII. Atender às solicitações e determinações do CONTRATANTE, nos prazos estabelecidos neste instrumento, bem como fornecer todas as informações e elementos necessários à fiscalização dos serviços;

XIV. Providenciar a regularização de pendências e/ou impropriedades ocorridas na prestação dos serviços, apontadas pelos servidores designados para fiscalizar a execução do Contrato, dentro do prazo estipulado pela comunicação escrita do CONTRATANTE;

XV. Manter, durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

I. Fornecer à CONTRATADA todas as informações relacionadas com o objeto deste Contrato, visando obter os melhores resultados na prestação dos serviços;

II. Designar dois servidores (titular e suplente) do seu quadro de pessoal, para representá-lo no acompanhamento e fiscalização dos serviços contratados;

III. Assegurar aos funcionários da CONTRATADA o acesso às dependências do prédio para a execução dos serviços, respeitadas as normas de segurança interna do CONTRATANTE;

IV. Notificar a CONTRATADA, por escrito, por meio de fax, correio ou e-mail, a respeito de quaisquer irregularidades constatadas na prestação dos serviços, estabelecendo, quando for o caso, prazo para a sua regularização.

Parágrafo Primeiro: Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, ao CONTRATANTE reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude da responsabilidade da CONTRATADA, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados, podendo para isso registrar, em relatório, as deficiências porventura existentes na prestação dos serviços, encaminhando cópia do mesmo à CONTRATADA, para a correção das irregularidades apontadas no prazo prescrito.

Parágrafo Segundo: A existência de fiscalização, pelo CONTRATANTE, não exime a CONTRATADA de sua total e exclusiva responsabilidade sobre os serviços contratados e pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

O valor total do contrato é de **R\$.....**
(.....),

Parágrafo Único: Os valores unitários e totais correspondentes a cada peça constam no Anexo II deste instrumento.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

CLÁUSULA QUINTA – DA RECOMPOSIÇÃO

O preço constante neste instrumento poderá ser reajustado, desde que expressamente solicitado pela CONTRATADA, observado sempre o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado do início da vigência do contrato ou da última majoração de preços, nos termos do art. 55, inciso III da Lei n.º 8.666/93 c/c o art. 2º e 3º da Lei n.º 10.192/01, utilizando-se a variação do IPCA/IBGE, ou outro índice que vier a substituí-lo, referente ao período anual anterior.

Parágrafo Primeiro: Para fins do disposto no *caput*, o direito ao reajuste somente poderá ser exercido pela CONTRATADA caso seja expressamente solicitado até a data de início da vigência da prorrogação contratual subsequente, sob pena de preclusão temporal do referido direito.

Parágrafo Segundo: Caso haja necessidade de revisão dos valores contratados, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato para restabelecer a relação entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição do CONTRATANTE pactuada inicialmente pelas partes, a CONTRATADA deverá comprovar a configuração da álea econômica extraordinária e extracontratual, nos termos do art. 65, II, d, da Lei 8.666/93.

Parágrafo Terceiro: Para fins do disposto no parágrafo anterior, será devida a revisão dos valores pelo CONTRATANTE a partir da data da solicitação formal da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

A CONTRATADA deverá remeter ao CONTRATANTE a respectiva Nota Fiscal/Fatura **a partir do** primeiro dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, e o pagamento será efetuado, por meio de ordem bancária, até o 10º (décimo) dia a contar do recebimento do referido documento, após atestada a efetiva prestação dos serviços contratados por um dos servidores designados.

Parágrafo Primeiro: Na hipótese de o valor da contratação enquadrar-se no limite estabelecido no art. 5º, §3º, da Lei 8.666/93, o prazo para pagamento será de até 5 (cinco) dias úteis contados da apresentação da respectiva nota fiscal/fatura.

Parágrafo Segundo: Em razão do recesso forense no âmbito desta Justiça Eleitoral, nos termos do art. 62, inciso I, da Lei 5.010/66, o prazo para pagamento dos serviços prestados em dezembro será contado a partir de 07 (sete) de janeiro ou do primeiro dia útil subsequente, caso a referida data não seja dia útil.

Parágrafo Terceiro: Caso a CONTRATADA seja optante pelo SIMPLES NACIONAL deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a declaração prevista no art. 6º da Instrução Normativa n.º 1.234-RFB, de 11 de janeiro de 2012, com as alterações posteriores, nos termos do Anexo IV do mesmo instrumento, assinada por seu(s) representante(s) legal (legais), em duas vias.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

Parágrafo Quarto: Caso a CONTRATADA não seja optante pelo SIMPLES NACIONAL, o valor dos tributos federais será descontado na fonte, conforme Instrução Normativa 1.234-RFB, de 11 de janeiro de 2012, com as alterações posteriores.

Parágrafo Quinto: Somente serão aceitas Notas Fiscais/Faturas corretamente preenchidas e sem rasuras.

Parágrafo Sexto: Considerar-se-á como a data do pagamento o dia da emissão da ordem bancária a favor da CONTRATADA.

Parágrafo Sétimo: Com relação ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, observar-se-á o disposto na Lei Complementar n.º 116/03, e na legislação municipal aplicável.

Parágrafo Oitavo: O CNPJ constante da Nota Fiscal/Fatura deverá ser o mesmo indicado na Proposta apresentada pela CONTRATADA e da Nota de Empenho emitida pelo CONTRATANTE, sob pena de não ser efetuado o pagamento.

Parágrafo Nono: Os pagamentos serão realizados mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, desde que a CONTRATADA efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

Parágrafo Dez: Quando ocorrerem eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pelo CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da parcela em atraso.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente contrato é de **24 (vinte e quatro) meses**, iniciando-se em __ (____) de _____ de ____ (____) e encerrando-se em __ (____) de _____ de ____ (____), podendo ser prorrogado de acordo com o art. 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo Único: Ocorrendo a prorrogação, esta se fará por meio de Termo Aditivo.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

CLÁUSULA OITAVA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes deste instrumento, no corrente exercício, correrão à conta de dotação orçamentária na seguinte classificação:
.....

As despesas de 2020 e 2021 correrão à conta da dotação orçamentária definida em lei específica para aquele exercício.

Parágrafo Único: Serão emitidas Notas de Empenho para atender às despesas deste instrumento.

CLÁUSULA NONA - DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente Contrato é celebrado com base na licitação realizada na modalidade "Pregão Eletrônico nº", homologado pela Diretoria Geral do CONTRATANTE, nos autos do Processo nº 1904037/2019, sujeitando-se os contratantes às normas da Lei nº 8.666/93 e da Lei nº 10.520/02

Parágrafo Único: Integram o presente Contrato a proposta da CONTRATADA, o Termo de Referência e todos os atos e termos referentes ao processo respectivo.

CLÁUSULA DEZ - DA PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE providenciará a publicação do presente Contrato, em extrato, no Diário Oficial da União, conforme preceitua o art. 61, Parágrafo Único, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA ONZE - DAS PENALIDADES

O descumprimento das cláusulas deste Contrato sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas nos arts. 86 a 88 da Lei nº. 8.666/93 e da Lei nº. 10.520/02, observados os termos dispostos nesta Cláusula.

Parágrafo Primeiro: Em caso de descumprimento de qualquer prazo estabelecido neste instrumento, a CONTRATADA ficará sujeita à multa diária de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor anual do Contrato, por dia de atraso injustificado, até o período máximo de 30 (trinta) dias, a partir do qual será cobrada multa no montante de 10% (dez por cento) sobre o valor anual do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades legais.

Parágrafo Segundo: O inadimplemento total ou parcial do objeto do contrato acarretará à CONTRATADA multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor correspondente ao inadimplemento, sem prejuízo das demais penalidades legais.

Parágrafo Terceiro: Se o valor da multa compensatória for comprovadamente menor do que o prejuízo sofrido com o inadimplemento, poderá ser exigida indenização suplementar.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

Parágrafo Quarto: Configurada infração injustificada a qualquer outra obrigação prevista neste instrumento, fica a CONTRATADA sujeita à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor anual do contrato ou valor referente à parte inadimplida, se for o caso, sem prejuízo das demais penalidades legais.

Parágrafo Quinto: As multas aplicadas em decorrência do presente instrumento poderão ser descontadas do saldo havido pela CONTRATADA junto ao CONTRATANTE, conforme arts. 86, §3º e 87, §1º, da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Sexto: Quando inviáveis ou insuficientes as compensações previstas no parágrafo anterior, a CONTRATADA será intimada a recolher o valor restante ou integral da multa apurada, no prazo de 30 (trinta) dias corridos a contar da intimação, sob pena de cobrança judicial.

Parágrafo Sétimo: O não pagamento da multa poderá ensejar a aplicação de penalidade mais gravosa à CONTRATADA.

Parágrafo Oitavo: A aplicação de penalidades depende de procedimento administrativo, garantindo-se à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Nono: As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Parágrafo Dez: A desídia na regularização dos serviços poderá ensejar, a critério do CONTRATANTE, a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades legais.

Parágrafo Onze: O período de atraso será contado em dias corridos.

CLÁUSULA DOZE - DA RESCISÃO

A ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas nos arts. 77 e 78 da Lei n.º 8.666/93 assegurará ao CONTRATANTE o direito de instaurar procedimento administrativo com vistas à rescisão do Contrato, numa das formas previstas no art. 79 e com as consequências do art. 80 do mesmo diploma legal.

CLÁUSULA TREZE – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I. Todas as despesas com pessoal necessário à execução dos serviços, inclusive de natureza trabalhista e previdenciária, são de responsabilidade da CONTRATADA.

II. Conforme dispõem a Constituição Federal em seu art. 195, §3º, e a Lei n.º 9.012/95 no art. 2º, que exigem a inexistência de débito relativo às contribuições sociais para que se contrate com o Poder Público, a CONTRATADA comprovará a sua regularidade, mediante apresentação da **Certidão Conjunta expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN)**, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados (nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN n.º 1751, de 02 de outubro de 2014), e do **Certificado**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

de Regularidade de Situação perante o FGTS, bem como das outras certidões apresentadas na licitação, em original ou cópia autenticada, quando não for possível confirmar a autenticidade das mesmas nos sítios oficiais dos respectivos órgãos na internet, como condição necessária para esta contratação, mantendo essa documentação sempre atualizada na vigência do presente instrumento.

III. A prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho deverá, igualmente, ser comprovada mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos da Lei n.º 12.440/2011, que inseriu o Título VII-A na Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

IV. O CONTRATANTE não aceitará pedidos de reembolso de serviços e/ou materiais adicionais, por parte da CONTRATADA, que não tenham sido contemplados na proposta orçamentária apresentada e que ultrapassem o valor fixado neste contrato.

V. É vedada a subcontratação total ou parcial da prestação dos serviços.

VI. É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus **sócios**, ainda que sem função gerencial, servidor, cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juizes vinculados ao Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução n.º 23.234, de 25/03/2010, do Tribunal Superior Eleitoral.

VII. Todas as ordens de serviço, notificações e entendimentos entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA serão feitos por escrito, nas ocasiões próprias, não sendo aceitos quaisquer entendimentos verbais.

VIII. A CONTRATADA se obriga a utilizar de forma privativa e confidencial os documentos fornecidos pelo CONTRATANTE para execução do serviço.

IX. Todas as alterações no ato constitutivo da empresa CONTRATADA deverão ser imediatamente comunicadas ao CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUATORZE - DO FORO

Por força do disposto no art. 109, inciso I, da Constituição Federal e no art. 55, §2º, da Lei n.º 8.666/93, o foro da Seção Judiciária de Minas Gerais será o competente para dirimir questões resultantes do presente instrumento.

E, por estarem assim ajustadas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Belo Horizonte, _____ de _____ de _____.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
Adriano Denardi Júnior
Diretor-Geral

EMPRESA
.....
Representante Legal

TESTEMUNHAS: _____



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

ANEXO I DO CONTRATO

12. LOCAIS DAS SEÇÕES REQUISITANTES E QUANTITATIVOS:

1.1 Seção de Administração Predial: Ed. Sede, Av. Prudente de Moraes, nº 100 – 2º andar- Cidade Jardim:

QUANTITATIVO			TAMANHO		TIPO DE TECIDO
18 toalhas tamanho grande, sendo:	03 toalhas de mesa		3,80m	X	Tecido gorgurinho branco
	15 toalhas de mesa		3,80m	x	Tecido brocado branco
11 toalhas tamanho pequeno, sendo:	04 toalhas de mesa		2,10m	x	Tecido brocado branco
	07 toalhas de mesa		2,10m	x	Tecido brocado amarelo
QUANTITATIVO			TAMANHO		TIPO DE TECIDO
08 bandeiras			1,60m x 1,10		Tecido poliéster

1.2 Seção de Cerimonial: Ed. Anexo I, Av. Prudente de Moraes, nº 320 – 3º andar- Cidade Jardim:

QUANTITATIVO			TAMANHO		TIPO DE TECIDO
12 toalhas tamanho grande, sendo:	06 toalhas de mesa		2,0m X 3,0m		Tecido shantung bege claro
	03 toalhas de mesa		2,0m x 3,0m		Tecido shantung <u>prata</u>
	03 toalhas de mesa		2,0m x 3,0m		Tecido shantung <u>preto</u>
09 toalhas tamanho pequeno, sendo:	03 toalhas de mesa/naperon		2,10m	x	Tecido



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

			jacquard adamascado branco
	03 toalhas de mesa/naperon	2,10m x 1,40m	Tecido jacquard adamascado ouro velho
	03 toalhas de mesa/naperon	2,10m x 1,40m	Tecido jacquard adamascado prata velho
QUANTITATIVO		TAMANHO	TIPO DE TECIDO
05 bandeiras		1,60m x 1,10	Tecido poliéster
01 bandeira		1,30m x 0,90	Tecido poliéster

1.3 Coordenadoria de Sessões: Ed. Sede, Av. Prudente de Moraes, nº 100 - 3º andar – Cidade Jardim:

QUANTITATIVO	TIPO DE TECIDO	
25 (vinte e cinco) becas	Tecido de Microfibra, na cor preta, com frente dupla e decote em V, 2 (dois) botões, costas com sobre capa até a altura da cintura, mangas amplas e franzidas, punhos com renda branca guipir e pingente simples em fios de seda na extremidade	
QUANTITATIVO	TAMANHO	TIPO DE TECIDO
02 cortinas com forro: cada uma com 2 (duas) peças (uma peça costurada na outra)	Cortina: 6,18m x 2,50m Forro: 6,25m x 2,43m	Tecido lexus com forro em voil
01 cortina com forro: 2 (duas) peças: uma costurada na outra	Cortina: 2,86m x 2,33m Forro: 2,86m x 2,33m	Tecido chantung liso com forro em voil
02 blackouts: 2 (duas) peças separadas	2,20m x 2,40 m cada peça	Tecido blackout

1.4 Coordenadoria de Comunicação Social: Ed. Sede, Av. Prudente de Moraes, nº 100 – 11º andar- Cidade Jardim

QUANTITATIVO	TAMANHO	TIPO DE TECIDO
--------------	---------	----------------



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

500 coletes de técnicos de apoio	0,70 cm de comprimento e 0,52 cm de largura	Malha PV, na cor amarela, abertos nas laterais, com fechamento parcial com elástico branco
----------------------------------	---	--

1.5 Cartórios da 331ª Zona Eleitoral – Avenida do Contorno, nº 7038, 6º andar – Lourdes:

QUANTITATIVO	TAMANHO	TIPO DE TECIDO
3.900 coletes de técnicos de apoio	0,70 cm de comprimento e 0,52 cm de largura	Malha PV, na cor amarela, abertos nas laterais, com fechamento parcial com elástico branco

Observações:

- As medidas podem variar cerca de 20 cm para mais ou para menos em virtude de encolhimento ou estiramento dos tecidos.
- Os locais de retirada poderão sofrer alterações, de acordo com a necessidade do CONTRATANTE, a fim de atender à demanda dos setores.

13.PERIODICIDADE DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

2.1. Para a correta execução dos serviços a CONTRATADA deverá executar as lavagens conforme a periodicidade constante nos Anexos deste Instrumento.

14.DO SERVIÇO:

3.1. A CONTRATADA deverá proceder, no ato da retirada, à prévia vistoria das peças descritas no item 1 deste Anexo, identificando defeitos e manchas existentes, fazendo constar expressamente em guia própria;

3.2. As peças deverão ser lavadas, passadas e devolvidas sem frisos e sem goma; sendo que as toalhas de mesa e as becas deverão ser devolvidas em cabide apropriado e os coletes ensacados individualmente;

3.3. As bandeiras oficiais deverão ser lavadas a seco, a fim de não manchá-las nem danificá-las;

4.4. As peças deverão ser recolhidas pela CONTRATADA nos locais discriminados no item 1 deste Anexo, no máximo até as 18 horas, nos dias solicitados pelo CONTRATANTE, no prazo de até 2 dias úteis a partir do pedido.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

ANEXO II DO CONTRATO

QUANTITATIVO E VALORES PARA O ANO ELEITORAL E NÃO ELEITORAL

ANO NÃO ELEITORAL						
Tipo de PEÇA	Qtzde de PEÇAS por tipo			Preço Unitário da lavagem por peça	Qtzde TOTAL estimada de lavagens em 12 meses	Preço Total
Seção de Administração Predial: Ed. Sede, Av. Prudente de Moraes, nº 100 – 2º andar- Cidade Jardim						
Toalha Grande	3	balhas de mesa	3,80m X 1,60m	Tecido gorguinho branco	18 R\$	-
	15	balhas de mesa	3,80m x 1,60m	Tecido brocado branco	90 R\$	-
	4	balhas de mesa	2,10m x 1,60m	Tecido brocado branco	12 R\$	-
Toalha Pequena	7	balhas de mesa	2,10m x 1,40m	Tecido brocado amarelo	21 R\$	-
Bandeira	8	bandeiras	1,60m x 1,10	Tecido poliéster	1 R\$	-
Seção de Cerimonial: Ed. Anexo I, Av. Prudente de Moraes, nº 320 – 3º andar- Cidade Jardim						
Toalha Grande	6	balhas de mesa	2,0m X 3,0m	Tecido shantung bege claro	36 R\$	-
	3	balhas de mesa	2,0m x 3,0m	Tecido shantungazul	18 R\$	-
	3	balhas de mesa	2,0m x 3,0m	Tecido shantungazul	18 R\$	-
Toalha Pequena	3	balhas de mesa/naperon	2,10m x 1,60m	Tecido jacquard damascado branco	9 R\$	-
	3	balhas de mesa/naperon	2,10m x 1,40m	Tecido jacquard damascado ouro velho	9 R\$	-
	3	balhas de mesa/naperon	2,10m x 1,40m	Tecido jacquard damascado prata velho	9 R\$	-
Bandeira	5	bandeiras	1,60m x 1,10	Tecido poliéster	1 R\$	-
	1	bandeira	1,30m x 0,9	Tecido poliéster	1 R\$	-
Coordenadoria de Sessões: Ed. Sede, Av. Prudente de Moraes, nº 100 - 3º andar – Cidade Jardim						
Beca	25	becas	Tecido de Microfibra, na cor preta, com frente dupla e decote em V, 2 (dois) botões, costas com sobre capa até a altura da cintura, mangas amplas e franzidas,		156 R\$	-
Cortina	1	cortinas com forro: cada uma com 2 (duas) peças (uma peça costurada na outra)	Cortina: 6,18m x 2,50m / Forro: 6,25m x 2,43m	Tecido lexis com forro em voil	1 R\$	-
	2	cortinas com forro: 2 (duas) peças: uma costurada na outra	Cortina: 2,86m x 2,33m / Forro: 2,86m x 2,33m	Tecido shantung liso com forro em voil	1 R\$	-
		blackouts: 2 (duas) peças separadas	2,20m x 2,40m cada peça	Tecido blackout	1 R\$	-
VALOR TOTAL Ano não Eleitoral (A)						R\$ -
ANO ELEITORAL						
Tipo de PEÇA	Qtzde de PEÇAS por tipo			Preço Unitário da lavagem por peça	Qtzde TOTAL estimada de lavagens em 12 meses	Preço Total
Seção de Administração Predial: Ed. Sede, Av. Prudente de Moraes, nº 100 – 2º andar- Cidade Jardim						
Toalha Grande	3	balhas de mesa	3,80m X 1,60m	Tecido gorguinho branco	23 R\$	-
	15	balhas de mesa	3,80m x 1,60m	Tecido brocado branco	115 R\$	-
	4	balhas de mesa	2,10m x 1,60m	Tecido brocado branco	13 R\$	-
Toalha Pequena	7	balhas de mesa	2,10m x 1,40m	Tecido brocado amarelo	24 R\$	-
Bandeira	8	bandeiras	1,60m x 1,10	Tecido poliéster	2 R\$	-
Seção de Cerimonial: Ed. Anexo I, Av. Prudente de Moraes, nº 320 – 3º andar- Cidade Jardim						
Toalha Grande	6	balhas de mesa	2,0m X 3,0m	Tecido shantung bege claro	46 R\$	-
	3	balhas de mesa	2,0m x 3,0m	Tecido shantungazul	23 R\$	-
	3	balhas de mesa	2,0m x 3,0m	Tecido shantungazul	23 R\$	-
Toalha Pequena	3	balhas de mesa/naperon	2,10m x 1,60m	Tecido jacquard damascado branco	11 R\$	-
	3	balhas de mesa/naperon	2,10m x 1,40m	Tecido jacquard damascado ouro velho	11 R\$	-
	3	balhas de mesa/naperon	2,10m x 1,40m	Tecido jacquard damascado prata velho	11 R\$	-
Bandeira	5	bandeiras	1,60m x 1,10	Tecido poliéster	2 R\$	-
	1	bandeira	1,30m x 0,9	Tecido poliéster	2 R\$	-
Coordenadoria de Sessões: Ed. Sede, Av. Prudente de Moraes, nº 100 - 3º andar – Cidade Jardim						
Beca	25	becas	Tecido de Microfibra, na cor preta, com frente dupla e decote em V, 2 (dois) botões, costas com sobre capa até a altura da cintura, mangas amplas e franzidas,		156 R\$	-
Cortina	1	cortinas com forro: cada uma com 2 (duas) peças (uma peça costurada na outra)	Cortina: 6,18m x 2,50m / Forro: 6,25m x 2,43m	Tecido lexis com forro em voil	1 R\$	-
	2	cortinas com forro: 2 (duas) peças: uma costurada na outra	Cortina: 2,86m x 2,33m / Forro: 2,86m x 2,33m	Tecido shantung liso com forro em voil	1 R\$	-
		blackouts: 2 (duas) peças separadas	2,20m x 2,40m cada peça	Tecido blackout	1 R\$	-
Coordenadoria de Comunicação Social: Ed. Sede, Av. Prudente de Moraes, nº 100 – 11º andar- Cidade Jardim						
Colete	500	coletes de técnicos de apoio	0,70 cm de comprimento e 0,52 cm de largura	Malha PV, na cor amarela, abertos nas laterais, com fechamento parcial com elástico branco	1000 R\$	-
Cartórios da 331ª Zona Eleitoral – Avenida do Contorno, nº 7038, 6º andar – Lourdes						
Colete	3.900	coletes de técnicos de apoio	0,70 cm de comprimento e 0,52 cm de largura	Malha PV, na cor amarela, abertos nas laterais, com fechamento parcial com elástico branco	7800 R\$	-
VALOR TOTAL Ano Eleitoral (B)						R\$ -
VALOR TOTAL ESTIMADO DO CONTRATO(A + B)						R\$ -